



## Intelectuais e política: o exemplo de Dalcídio Jurandir

### Intellectuals and Politics: the example of Dalcídio Jurandir

*Jacqueline Lima* – Pós-doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; doutora em Sociologia, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006); professora e pesquisadora da Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades da UNIGRANRIO; docente e coordenadora do Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas. E-mail: [jpinheiro@unigranrio.com.br](mailto:jpinheiro@unigranrio.com.br).

---

#### Resumo

O objetivo deste trabalho é o de entender como se apresenta a relação entre intelectuais e políticos durante os anos de 1930 a 1945, tendo como base a vida e a obra do escritor Dalcídio Jurandir e suas relações com o governo do período. Neste sentido, um dos argumentos é que houve durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) uma importante relação entre políticos e intelectuais. Isto é mostrado pelo grande incentivo que se dá às políticas de saúde e de educação, cooptando médicos, escritores e educadores para colaborarem com o sentido de cidadania que então se pretendia.

---

#### Abstract

The aim of this study is to understand how to present the relationship between intellectuals and politicians during the years from 1930 to 1945, based on the life and work of writer Dalcídio Jurandir and his relations with the government of the period. In this sense, one of my arguments is that there was during the first Vargas government (1930-1945) an important relationship between politicians and intellectuals. This is shown by the great encouragement that is given to health policy and education, co-opting doctors, writers and educators to collaborate with the sense of citizenship which then was intended.

---

#### Palavras-chave

Intelectuais. Política. Dalcídio Jurandir.

---

#### Keywords

Intellectuals. Policy. Dalcídio Jurandir.

## INTRODUÇÃO

A oportunidade de escrever algo sobre a obra do Dalcídio Jurandir apareceu há alguns anos, quando escrevi um Projeto para *A Edição Crítica da Obra de Dalcídio Jurandir*, implementado e coordenado pela Fundação Casa de Rui de Barbosa. Por caminhos outros, escrevi um Projeto que não era exatamente uma Edição Crítica, mas uma pesquisa sobre uma personagem da literatura nacional esquecida no território brasileiro. Com minha entrada para o Doutorado, e depois minha jornada acadêmica avançando, não só o escritor, mas o projeto também ficara esquecido nas gavetas de minha memória. Porém, revendo algumas questões sobre a escrita e a cidade, e trabalhando com a obra de Carlos Drummond de Andrade, cheguei aos escritos sobre o Arquivo-Museu da Casa de Rui Barbosa e esbarrei novamente com a figura de Dalcídio Jurandir.

Percebi que estava na hora de escrever algo sobre as pesquisas que vinculam e associam a trajetória de políticos e intelectuais à história e desenvolvimento das cidades, como já venho fazendo desde minha Dissertação de Mestrado, defendida no Departamento de História da PUC/RIO, na qual estudava os prédios construídos na Avenida Central durante a primeira década do século XX. A saber: a Escola Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional, bem como também fiz em minha Tese, que aborda a trajetória de médicos, políticos e intelectuais e suas preocupações com algumas habitações que foram destruídas durante o Estado Novo (1937-1945), como foram os casos das favelas do Rio de Janeiro e dos mocambos no Recife.

Ao perceber que o escritor em questão nasce durante o período em que o Rio de Janeiro<sup>1</sup>, então capital do país, sofre uma de suas maiores remodelações urbanas e que tal remodelação torna-se modelo para outras cidades, inclusive Belém, capital do Pará, estado de origem de Jurandir, observo que o poeta passa por essas duas cidades anos depois, trabalhando no ano de 1928 na Revista *Fon-Fon*, importante periódico da época.

Ao retornar a Belém, já durante o Governo de Getúlio Vargas, Jurandir é acusado de Comunista – e é preso por este fato, como ocorre com outros tantos intelectuais de sua época, como é o caso de Gilberto Freyre, em Pernambuco. Neste sentido, remonto ao meu segundo questionamento: Por que um escritor, com uma farta obra e uma importante atuação política é esquecido por tanto tempo? Por que um expoente do modernismo brasileiro tem sua obra relegada somente ao Norte do Brasil? Seria um problema regional, político ou por força do acaso?

---

<sup>1</sup> Dalcídio Jurandir nasceu a 10 de janeiro de 1909, na ilha de Marajó, estado do Pará.

Para tanto, escolhi a personagem de Dalcídio Jurandir para exemplificar, dentre outros autores, como se deu a investida dos intelectuais brasileiros nos problemas sociais do país. Deste modo, será necessário não só observar as atuações de Jurandir neste período, bem como ressaltar sua trilha como escritor e sua opção política nos anos anteriores e posteriores aos anos de 1930 e 1940, a fim de mostrar como se forjou, ao longo de sua carreira, a sua obra literária.

Um segundo argumento a ser abordado está relacionado à importância de se perceber como alguns intelectuais que tiveram valor numa determinada época de sua atuação, e por motivos alheios às suas obras, acabam por serem esquecidos nas prateleiras de algumas bibliotecas. Deste modo, creio que as relações pessoais e políticas direcionam que tipo de lembrança ou esquecimento um país terá de suas personalidades. Remeto-me aqui ao historiador Jacques Le Goff (1996), que indica que a lembrança – ou o que fica do passado – não é exatamente o conjunto do que passou, mas o que se escolheu para ser recordado. O que deve ser ou não recordado pelo tempo, e por quem trabalha com ele: o historiador. Além dessa escolha, encontra-se o que foi deixado como herança do passado, que nas palavras do autor são “*um legado à memória coletiva*” (LE GOFF, 1996, p. 536).

Este paraense da ilha de Marajó, que trabalhou como escritor em Belém e no Rio de Janeiro e passou pela política como auxiliar de gabinete da interventoria do Pará, aparece como personalidade que anda ora simpático às ações do governo, ora em oposição, já que foi preso por duas vezes, e acusado de comunismo.

Embora tenha vivido até o ano de 1979, tendo passado por tantas manifestações e momentos que repercutiram no mundo, como guerras mundiais, remodelações urbanas, períodos ditatoriais, meu interesse maior está em sua atuação durante os anos 30 e 40 do século XX, período este em que Jurandir se torna escritor, é preso, trabalha como inspetor escolar e recebe o prêmio Dom Casmurro de Literatura. Porém, a análise de sua obra posterior a tal período, mostra-se de fundamental importância, já que, mesmo que tenham sido escritas a partir dos anos de 1940 até a década de 1970, reflete seu olhar sobre o Brasil em que vivia.

## 1 UM POUCO DA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No início do século XX, o Rio de Janeiro, como capital do país, assumia de primeiro o caráter modernizador que se pretendia para a nação. A presença de intelectuais também era marcante no período. Nomes como Lima Barreto, Olavo Bilac, Machado de Assis, João do Rio, entre tantos outros, estavam, há muito, com seus olhares direcionados à cidade. Não só os intelectuais, mas também

políticos empenhavam-se em acabar com os problemas urbanos: seja o prefeito Barata Ribeiro e sua erradicação do Cortiço Cabeça de Porco, no século XIX; Pereira Passos, com a marcha do Rio Civiliza-se!, até a chegada das reformas implementadas por Henrique Dodsworth nos anos de 1930 e 1940. O Rio de Janeiro foi, por muito tempo, palco de grandes manifestações para e pelo urbano e, desde este período, os intelectuais tinham importantes papéis.

## **2 O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS E SUA POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO DOS INTELECTUAIS NO PODER**

As ações do Governo Vargas e as políticas públicas encarnadas por seus interventores não se sobrepõem somente ao universo utilitarista e à lógica do mercado. Era uma dívida também moral, em prol de uma melhora do país. Era, então, um exercício de cidadania, concedida somente àqueles que compunham a nação, isto é, os trabalhadores. Só estes poderiam participar deste jogo de trocas.

O problema social tinha sua solução na condição de cidadania que era dada mediante o trabalho. Porém, onde estaria a raiz desse problema? Muito dela estava na superpopulação das cidades, que ocorria em função dos problemas nos sertões, na zona rural. Daí a necessidade de se implementar medidas contra o êxodo rural e de adoção de uma política pública nas cidades. Deste modo, a medicina social passou a dar ênfase às ações de cura da saúde física, mental e social dos trabalhadores, por meio de políticas sanitaristas.

No campo da educação, para não fugir às iniciativas em prol de uma unidade nacional, foi montado um sistema de ensino unificado de norte a sul do país, além de ter como ênfase o ensino vocacional e profissional. Havia uma proposta de uma educação nacionalizada, em função da extensão da proposta de nacionalização geral do país. Não se deveria admitir, neste momento, qualquer outro processo que desencadeasse uma educação nos moldes estrangeiros, mesmo sendo o Brasil um país de imigrantes. Neste âmbito, era necessária a distinção entre cidadania e nacionalidade, no que a primeira estava ligada ao trabalho e à produção no país em que estava, neste caso, o Brasil. Isto é, havia o compromisso de uma união de interesses entre brasileiros e estrangeiros para a padronização cultural fosse alcançada. Assim, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 183) discutem [...] o modelo de nacionalismo brasileiro, que [...] buscava transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado. [...] Nação e Estado construiriam, a um só tempo, a nacionalidade”.

Quanto ao ensino, este privilegiava principalmente o secundário, a profissionalização do jovem cidadão, pois o comando da nação deveria estar nas mãos de uma elite técnica e bem preparada. Esse preparo começaria no ensino secundário e iria até o superior. Segundo Helena Bomeny (1999), a educação era tida como uma oportunidade de enquadrar o cidadão nas questões sociais e se figurava uma questão de segurança nacional. Havia até mesmo um projeto de militarização da sociedade, principalmente da juventude. Daí, os papéis importantes de disciplinas como Educação Moral e Cívica, e Educação Física.

A preocupação e o compromisso de se pensar a nacionalização da sociedade, já que, segundo os administradores do país, isso passava pelo ensino, desencadeou problemas como regionalismos e estrangeirismos, que teriam que desaparecer. Nesse último caso, o maior problema eram os imigrantes alemães, que possuíam uma forte característica de nacionalidade que se queria para o brasileiro<sup>2</sup>. Era, então, uma ameaça, pois, se de um lado se sentiam cidadãos brasileiros, nacionalmente se consideravam alemães, já que, como aponta Bomeny (1999), a nacionalidade é herdada, enquanto a cidadania é adquirida. Era preciso contemplar a vinda dos estrangeiros para o Brasil, mas não se podia perder de vista o caráter nacional que se pretendia para a época.

Como mostram ainda Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), para um país onde a nação se constituía como principal alvo e a educação seria a norteadora, não adiantavam reformas no ensino formal que não balizassem a estrutura do que se queria construir. A reforma era em prol do Brasil e, neste sentido, homens, mulheres e crianças deveriam ser reeducados nas bases do trabalho, da família e do civismo.

É neste sentido que o Ministério de Gustavo Capanema é criado, com uma base, que, por um lado sensibilizava-se com uma estrutura autoritária<sup>3</sup>, de cima para baixo; mas, por outro, tinha nas mãos dos modernistas uma saída para alguns valores nacionais, como a exaltação do folclore e da preservação do patrimônio histórico, por exemplo. O Ministério de Capanema, assim como era característico do Estado Novo, tinha uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que tinha em seu corpo administrativo figuras de vanguarda como músicos, poetas, modernistas, foi autoritário e perseguidor do Comunismo.

<sup>2</sup> O papel das instituições religiosas, igualmente, foi de grande importância neste caso, pois o processo de nacionalização do ensino ia de encontro a algumas escolas confessionais estrangeiras.

<sup>3</sup> Boris Fausto, em *História do Brasil*, lembra que embora de caráter autoritário, a educação brasileira, mesmo durante do Estado Novo, não teve o que chama de doutrinação fascista (FAUSTO, 2004, p.337).

No Brasil, a formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) data de 1937, e teve como idealizador o modernista Mario de Andrade<sup>4</sup>. A política do patrimônio era considerada uma política pública que tinha um sentido de colaboração entre o Estado e a sociedade. Como a noção de patrimônio depende da noção do valor que a ele é dado, remete-nos também à ideia de pertencimento, de identidade e, portanto, de responsabilidade social e nacional. Como aponta Maria Cecília Londres Fonseca:

“Esse é, *lato sensu*, o objetivo das políticas de preservação: garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação” (FONSECA, 2005, p. 39).

É o momento em que intelectuais e governo se inserem no mesmo objetivo, sem, no entanto, estarem obrigatoriamente do mesmo lado, como veremos a seguir: “Forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p.15). Nesta frase, Daniel Pécaut remete-nos ao pensamento de que os intelectuais, durante o governo Vargas, muito se preocuparam com o problema da unidade nacional. E, no bojo desta preocupação, adicionaram suas decepções com o sistema oligárquico que até então ocorria. E, assim, resolveram assumir postos como funcionários do governo. De concepções de direita ou de esquerda, modernos ou conservadores, comunistas ou católicos, os intelectuais brasileiros mostraram-se dispostos a organizar a sociedade junto com Vargas, pela crença que depositavam na cultura como meio de se chegar a uma identidade política e cultural.

Tal engajamento se deu pelos idos de 1915, como aponta Pécaut, mas é a partir dos anos de 1920 que se mostra a filiação de alguns desses intelectuais em partidos políticos. Porém, é importante ressaltar que as investidas desses intelectuais nos anos do Estado Novo não representavam que estavam totalmente de acordo com o regime. Por várias vezes houve rugas entre estes e o Presidente, mas ambos tinham em mente a noção de que dependiam um do outro para alcançarem os objetivos de “nacionalizar” a sociedade. Era por meio das políticas culturais, do ensino e da preservação do patrimônio nacional, que se ia forjar o que costumavam chamar, à época, de “homem novo”. Assim, observa Daniel Pécaut:

O projeto do regime pretendia-se mais ‘cultural’ do que mobilizador, e a definição do ‘cultural’ confundia-se amplamente com a dos intelectuais. Trata-se de construir o ‘sentido da nacionalidade’, de retornar às ‘raízes do Brasil’, de forjar uma ‘unidade cultural’. É sempre evidente, para os

<sup>4</sup> O anteprojeto é encomendado por Capanema, em 1936, mas o SPHAN só foi criado em 1937, pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro deste mesmo ano.

responsáveis pelo assunto no regime que ‘cultura’ e ‘política’ são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo (PÉCAUT, 1990, p. 69).

É neste momento que também são criados a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), ambos em 1938. Movimentos como o dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, intensificaram as propostas político-pedagógicas no país, para tentar colocar a Educação como um dos temas principais da agenda política brasileira. Assinaram esse Manifesto, entre outros, Fernando de Azevedo, Cecília Meirelles e Afrânio Peixoto. Sob o título de “A Reconstrução Educacional no Brasil - Ao Povo e Ao Governo”, os “escolanovistas” afirmavam, dentre outras coisas, em seu Manifesto, o seguinte:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

[...] Esse empirismo grosseiro, que tem presidido ao estudo dos problemas pedagógicos, postos e discutidos numa atmosfera de horizontes estreitos, tem as suas origens na ausência total de uma cultura universitária e na formação meramente literária de nossa cultura. Nunca chegamos a possuir uma ‘cultura própria’, nem mesmo uma ‘cultura geral’ que nos convencesse da ‘existência de um problema sobre objetivos e fins da educação’.

[...] À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares.

[...] Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na sua quase totalidade, na estreiteza crônica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação.

[...] Mas, do direito de cada indivíduo a sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do Comunismo familiar e dos grupos

específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado.

[...] Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas conseqüências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana” (Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, 1932).

Fica claro, principalmente nestas últimas linhas do Manifesto, que a intenção de uma educação que estabeleça uma unidade nacional e que faça com que a população realize suas apreensões mediante uma consciência individual e nacional é a pauta deste grupo de intelectuais, e que acabou por gerar uma concentração, por parte do governo, em fazer com que junto do Trabalho e da Saúde se consiga um maior panorama para a Educação, mesmo que, a partir de então, até o fim do ditatorial Estado Novo, este tripé seja manipulado, a fim de que esta tal consciência não seja usada contra o próprio governo. Como enfatiza Pécaut (1990, p.74): “Enquanto os intelectuais permanecerem fiéis a sua vocação nacional, terão seu lugar garantido nas fileiras do Estado”.

É interessante lembrar que o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, junto com Alceu Amoroso Lima, coordenou a implementação da Universidade do Brasil, em lugar da Universidade do Rio de Janeiro, com a proposta de vigiar o corpo docente e discente para que as propostas revolucionárias não os atingissem, como queriam os escolanovistas, que observavam uma falta de novos métodos no ensino e queriam uma transformação, principalmente na garantia de uma escola pública gratuita e sem distinção de gênero.

Neste sentido, o primeiro governo Vargas (1930-1945) modificou as estruturas políticas; formulou leis para o trabalho e organizou instituições. Embora não escreva especificamente para o Brasil, Angel Rama (1985) mostra que as instituições públicas sempre foram consideradas locais onde a ordem e o progresso seriam marcas de distinção entre o senso comum e a elite letrada do país. Assim como as cidades, as instituições, no seu papel social e pelas suas especificidades, são consideradas como cidades muradas. Sendo assim, “as instituições foram os instrumentos obrigatórios para estabelecer a ordem e para conservá-la [...]” (RAMA, 1985, p. 38).

### 3 DALCÍDIO JURANDIR

Nestes contextos de relações entre escritores e política, seguindo a trilha da crítica social, da crítica à cidade e ao governo, aparecem as obras de Dalcídio Jurandir. Os livros de História – e até mesmo os de Literatura – quase nunca, ou nunca, tocam em seu nome. Poeta de romance regional, Dalcídio poderia ter aparecido e se renomado como Jorge Amado ou Graciliano Ramos, por exemplo. Nascido na ilha de Marajó, em Ponta de Pedras, estado do Pará, no ano de 1909, estudou em Belém até 1927, quando um ano depois chega ao Rio de Janeiro e passa a integrar o corpo de revisores da Revista *Fon Fon* (Figura1), publicação de importância no Rio de Janeiro, criada dois anos antes do nascimento do autor.

Figura1: Capa da revista Fon Fon.



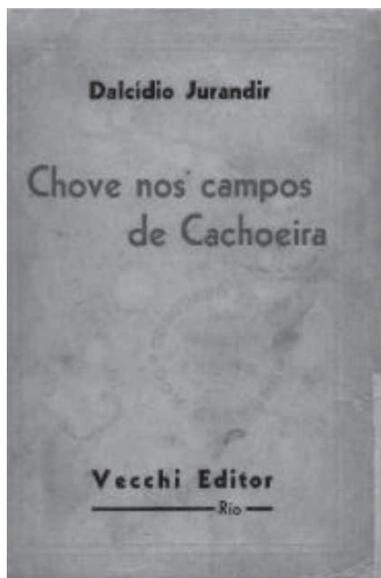
Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br>

A Revista *Fon Fon* foi um exemplo de periódico que documentou a vida social carioca durante a primeira metade do século XX. Era uma revista crítica, com muitos escritos e muitas charges do circuito político e cultural da *Belle Époque* brasileira e de grande penetração popular. Era uma revista ilustrada e de comportamento, preocupada em mostrar como a literatura, sobretudo a francesa, destacava-se, bem como a alienação da elite econômica carioca era percebida nela. Como mostra Maria Cecília Zanon: “Apesar do aspecto irônico, percebe-se, nesse gesto, a preocupação da revista de afirmar uma identidade única e consensual do

brasileiro e rejeitar, de certa forma, a importação dos símbolos do Velho Mundo (ZANON, 2009).

A chegada de Jurandir ao Rio de Janeiro, como lavador de pratos e logo revisor de uma Revista desta linha, trabalhando sem remuneração, inclusive, já mostra o lado crítico e inovador deste autor. Porém, em 1931, já está de volta a Belém, onde logo é nomeado auxiliar da Interventoria do Pará. Neste período, ainda colabora para os Jornais O Imparcial, Crítica e Estado do Pará. Esta fase interessante, assume uma diretriz como a de muitos autores da época. Comunista, crítico e desafiador, Dalcídio Jurandir assume cargo na política, ainda que não fosse político, ao mesmo tempo em que trabalha para o governo, mostra seus valores através de seus escritos, tanto é que é preso por duas vezes – em 1936 e 1937, período em que já está casado, tem filhos e começa a se debruçar sobre os escritos de sua região, quando ganha o Prêmio Dom Casmurro de Literatura, em 1940, com *Chove nos Campos de Cachoeira* (Figura 2), um dos dez romances que escreve sobre o Norte.

Figura 2: Capa do romance *Chove nos Campos de Cachoeira*.

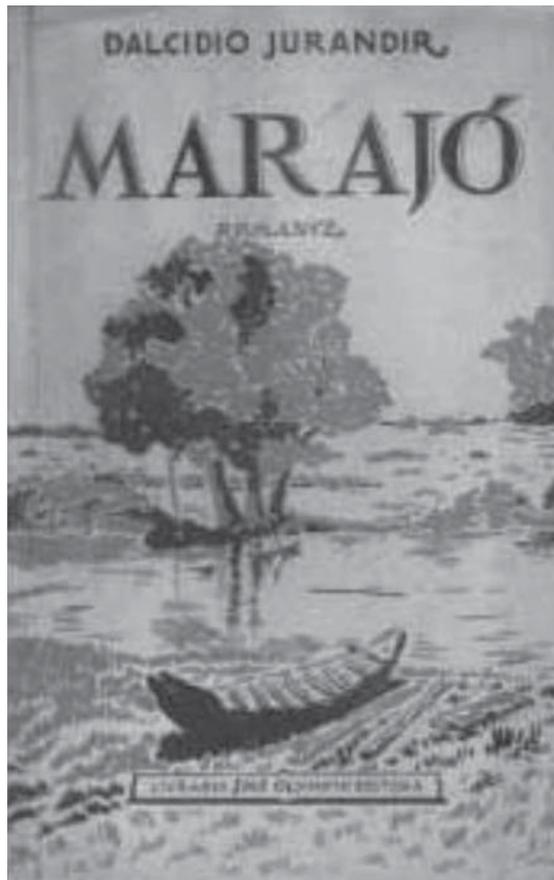


Fonte: jetrofagundes.blogspot.com

Jurandir produziu muito e foi premiado pela sua obra, inclusive pela Academia Brasileira de Letras, onde recebeu um prêmio das mãos de Jorge Amado, mas falece em 1979, e deixa publicado: *Marajó, Três Casas e um Rio, Belém do Grão-Pará, Passagem dos Inocentes, Primeira Manhã, Ponte do Galo, Os Habitantes, Chão dos Lobos, Ribanceira e Linha do Parque*.

Vale ressaltar que a importância de se perceber Dalcídio Jurandir não somente como um poeta, mas também em sua concepção histórica, está na especificidade de seus romances, como é o exemplo de *Marajó*, estarem voltados para uma perspectiva histórica. Não é somente o caráter ficcional, mas a preocupação com uma realidade. Segundo Wlili Bolle: [...] o romancista apresenta um tema que é relevante tanto para as ciências sociais quanto para os estudos literários e culturais (BOLLE, 2011, p. 43). E ainda ressalta [...] o escritor procura utilizar a leitura como um meio de resistência e de transformação histórica (BOLLE, 2011, p. 44). Podemos perceber uma escrita com base na “micro-história, na história vista de baixo” em *Marajó* (Figura 3), quando aborda assuntos econômicos e sociais, tendo como pano de fundo a crise da borracha na região.

Figura 3: Capa da edição de *Marajó*.



Fonte: [guiart.com.br](http://guiart.com.br)

No romance em questão, as personagens são bem estruturadas, com uma narração e uma licença ficcional muito caras. Ao mesmo tempo, sua fidelidade aos aspectos sociais é marcada, ainda assim, por uma característica tão peculiar. Um autor importantíssimo, de uma região que é a marca do país, esses romances e este autor tornam-se esquecidos. Assim como outros autores, dentre eles Gilberto Freyre e Carlos Drummond de Andrade, Dalcídio Jurandir<sup>5</sup> reflete sobre seu papel social, ao mesmo tempo em que permite que suas personagens se expressem através do cotidiano, do lugar que é sua marca. A micro-história é aqui entendida e dá possibilidades de se estudar a sua história na história do outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, lembro da importância de se trabalhar a literatura regional através da relação entre a história local e a nacional, e de como esses espaços, por se tratarem desta “história vista de baixo”, são esquecidos no tempo. Peter Burke (1992) em *A Escrita da História*, aponta o crescimento da História e suas vertentes: da história nacional à regional, passando pela mundial; o papel do debate historiográfico entre a História Política, Econômica e Cultural é discutido dentro do papel da chamada Nova História. Como são várias as abordagens, é difícil defini-la. A base filosófica dessa História Cultural é que, como a realidade é social ou culturalmente construída, as próprias fontes se modificam. Neste sentido, a História se fragmentou a ponto dos historiadores dialogarem cada vez mais com as outras ciências, assim como com a Literatura.

Com a escrita, a memória coletiva tem seu lugar, e começa a ser transmitida também por meio de documentos, que cada vez mais se manifestam essenciais para a construção das identidades, e são entendidos como instrumentos de poder. Um poder que não aprisiona, mas liberta o passado para relacionar-se com o presente e o futuro. Selecionar o que lembrar e, portanto, construir uma memória e/ou uma identidade, supõe a dialética do esquecimento e do registro, o que, de acordo com Gilberto Velho (1994), fazem com que este futuro seja sempre reelaborado, revisto, permitindo que a memória relacionada a eles também seja sempre revisitada e reordenada, que supõe repercussões na identidade. E é esta identidade que traz em sua marca a propriedade do que lembrar e do que esquecer. É uma pena que o Brasil esqueça marcas como Dalcídio Jurandir, mas que cabe a nós fazer lembrar.

<sup>5</sup> Sobre a relação entre estes três autores, um artigo de minha autoria será ser publicado futuramente.

## REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BOLLE, W. A escrita da História de Marajó, em Dalcídio Jurandir. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 1, p. 43-78, jun. 2011.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc/IPHAN, 2005.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento e “Memória”. In: **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- LIMA, J. de C. P. **O Cenário do Progresso: a Escola Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional na Reforma Pereira Passos**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1999.
- LIMA, J. de C. P. **A pobreza como um problema social: as ações de Victor Tavares de Moura e Agamenon Magalhães nas favelas do Rio e nos Mocambos do Recife durante o Estado Novo**. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, L. L. Cultura Urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, M. de M. (Org.). **Rio de Janeiro: uma cidade no tempo**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 139-149.
- OLIVEIRA, L. L. **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- PANDOLFI, D. (Org.). Apresentação. In: **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 9-14.
- PÉCAUT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, W. M. R. (Org.). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

VELHO, G. Memória, Identidade e Projeto. In: **Projeto e Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ZANON, M. C. A Sociedade Carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon! In: **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 2, p. 225-243, jun. 2009. Disponível em: [http://www.cedap.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimonio\\_e\\_memoria\\_v4.n2/artigos/sociedade\\_carioca\\_fon\\_fon.pdf](http://www.cedap.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n2/artigos/sociedade_carioca_fon_fon.pdf).

Sites pesquisados:

<http://www.wp.clicrbs.com.br>

<http://www.guiart.com.br>

<http://www.jetrofagundes.blogspot.com>

<http://www.sites.uol.com.br/elismarchioni/personalidades>

<http://www.institutodalcidiojurandir.hpg.ig.com.br>,

Texto submetido à Revista em 24.02.2012  
Aceito para publicação em 19.06.2012